



TODOS AO ATO DO DIA 05 DE JUNHO

O dia 05 de junho marca a data do trágico assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips.

Para cobrar justiça, os trabalhadores da Funai convocam todo o conjunto do funcionalismo público, movimentos sociais, sindicais, organizações de luta do campo democrático, políticos, artistas e apoiadores da causa indígena para se unir **ao ato nacional organizado pelas entidades representativas dos servidores da Funai** para que, juntos, possamos exigir a imediata resolução do caso pela justiça, com a devida **punição de toda a cadeia de crime organizado que opera na região norte do país**, impondo sérias restrições e riscos à vida dos povos indígenas e agentes estatais responsáveis por políticas de proteção nesses territórios.

No caso de Bruno e Dom, embora as autoridades policiais tenham colocado sob suspeita pelo menos oito pessoas por possível participação na emboscada que resultou na perseguição, homicídio e ocultação dos cadáveres, no final de outubro de 2022, o suposto mandante do assassinato foi posto em liberdade provisória após realizar o pagamento de fiança. No dia 16 de maio, a justiça resolveu acolher em parte um *habeas corpus* da defesa dos três acusados pelo assassinato, e determinou a anulação dos depoimentos dos réus, para novas diligências, além de oitiva de testemunhas de defesa. O que os acusados tentam levantar, com essas providências, é a tese estapafúrdia de que agiram em legítima defesa.

O dia 05 de junho marca, também, um ano de mobilização ininterrupta dos servidores da Funai. Desde então, encontra-se em marcha um movimento político, a princípio grevista, para defender a instituição da fúria destruidora do bolsonarismo. Frente ao aparelhamento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) por representantes de grupos políticos e econômicos contrários à missão institucional do órgão e ao assédio institucional aos seus servidores de carreira; à política de paralisação dos procedimentos de regularização fundiária e de proteção de terras indígenas; à manutenção de péssimas condições de trabalho e de segurança aos trabalhadores da instituição; às várias iniciativas de criação de mecanismos infraconstitucionais para descaracterizar os direitos constitucionais dos povos indígenas; ao incentivo estatal a práticas ilegais de exploração econômica por terceiros nesses territórios especialmente protegidos, entre muitas outras violações, os servidores públicos da Funai se levantaram em resistência às iniciativas anti indígenas do governo de Jair Bolsonaro para proteger o dever constitucional do Estado brasileiro de atuar na proteção e na promoção dos direitos dos povos indígenas e de seus territórios.

Para fiscalizar os territórios, combater as ações do crime organizado, proteger áreas indígenas em regiões remotas, de difícil acesso e de fronteira, lutar contra o garimpo e a extração ilegal de madeiras e promover políticas públicas culturalmente adequadas e de qualidade, à altura dos desafios impostos à política indigenista, é preciso vontade política, mas também recursos humanos e estruturas administrativas adequadas, coisas em falta na Funai.

As demandas dos povos indígenas, testemunhas e vítimas do colapso que ameaça a fundação, naturalmente incorporam, entre outras exigências, a defesa do plano de carreira, necessário para recrutar novos servidores e mantê-los na fundação.

O governo Lula adotou medidas que trouxeram para o primeiro plano a questão indígena ao criar o MPI e nomear Sonia Guajajara como ministra e Joenia Wapichana, presidenta da Funai. Reiteramos, nesse caminho, que a retomada dos serviços públicos é a única forma de enterrar a tragédia humanitária vivenciada por diversos povos. O compromisso deve, portanto, suplantar o campo simbólico, e reverberar na necessária estruturação da Funai e das condições de trabalho e de segurança de seus servidores.

É por esta razão que, organizados por suas entidades representativas, **os servidores da Funai têm realizado atos semanais em defesa da política pública indigenista e pela aprovação do Plano de Carreira da instituição.** Vale lembrar que, para a instrução e o acompanhamento dos processos de regularização fundiária, dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que impactam terras e povos indígenas e para a promoção dos direitos sociais e de cidadania dessas populações, a instituição necessita que a recomposição do quadro funcional venha **acompanhada de medidas de equiparação salarial e de condições de trabalho, o que propõe o plano de carreira, para conter os elevados índices de evasão e promover a fixação dos servidores no órgão.**

Os servidores destacam que o compromisso de campanha direcionado aos povos indígenas **no sentido da retomada da política de demarcação e proteção das terras indígenas no Brasil** representa **uma obrigação do Estado brasileiro com todos os segmentos que compõem a sociedade nacional, caminho imprescindível para a democratização do poder político no país, para a garantia da soberania nacional e da sociobiodiversidade do planeta.** Para enfrentar as forças hostis a esse compromisso o governo só pode contar, de fato, com a **força organizada dos trabalhadores.**

Os povos indígenas são, de forma inequívoca, os detentores dos direitos originários sobre os territórios que reclamam; devolvê-los e protegê-los é medida urgente de reparação histórica frente a cinco séculos de genocídio, dominação, exploração, violência.

A aprovação do Plano de Carreira da Funai, que se encontra em análise no MGI aparece, nesse contexto, **como medida emergencial para conter o processo de sucateamento sem precedentes do órgão, para promover a recomposição da força de trabalho e a dignidade profissional dos trabalhadores da instituição e, sobretudo, para reconstruir a política indigenista de Estado, que não se faz na precariedade.**

TODOS AO ATO NACIONAL DO DIA 05 DE JUNHO !!

JUSTIÇA PARA BRUNO, DOM E MAXCIEL!!

PLANO DE CARREIRA INDIGENISTA JÁ!!

DEMARCAÇÃO JÁ !!